

METODOLOGIA PARTICIPATIVA TECENDO UMA REDE SOLIDÁRIA

Kátia Aparecida Santos¹; Alessandra B Azevedo²

RESUMO: Este artigo apresenta como a aplicação da metodologia participativa de formação e planejamento usada pela Associação de Comunicação, Formação e Práticas Solidárias Pérola Negra, atrelada ao acesso a políticas públicas de inclusão produtiva, contribuiu para a criação de uma rede de comercialização formada por empreendimentos econômicos solidários. Para tanto, será apresentada a experiência vivida por quatro empreendimentos e como os seus trabalhos convergiram para a formação de uma rede solidária. Esta pesquisa descreve a importância dos vínculos formados entre o grupo e o facilitador e como empreendimentos econômicos solidários estão, através de redes, acessando políticas públicas de geração de renda, contribuindo para o desenvolvimento local e territorial. No bojo da pesquisa são levantados também históricos e conceitos de temas como Metodologia Participativa, Economia Solidária, Políticas públicas de inclusão socioprodutiva e redes solidárias.

PALAVRAS CHAVES: Metodologia Participativa, Políticas Públicas, Redes Solidárias

1 INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta como a aplicação da metodologia participativa de formação e planejamento usada pela Associação de Formação e Comunicação e Práticas Negras Pérola Negra, atrelada ao acesso a políticas públicas de inclusão produtiva, contribuiu para a criação de uma rede de comercialização formada por empreendimentos econômicos solidários.

Desde a entrada do Governo Lula, em 2003, os movimentos sociais têm participado de maneira mais ativa na elaboração de políticas e criação de estruturas que apoiam o desenvolvimento de outra economia. Com a organização dos atores sociais, desdobramentos estaduais e municipais dessas políticas e estruturas vêm sendo implantados. A pergunta que fica é qual a diferença dos outros governos, se todos possuem políticas de geração de trabalho e renda?

A partir da década de 90, a economia solidária vem crescendo e se fortalecendo no país. Nesses 22 anos, muitas coisas mudaram, inclusive a percepção que a atuação de redes e trabalhos nas cadeias produtivas tanto a montante como a jusante do empreendimento são fundamentais para que a outra lógica da economia proposta pela

1 Especialista em Inovação tecnológica, Sociedade e Tecnologia Social, pela Universidade federal do Recôncavo da Bahia, graduada em Comunicação Social pela Universidade da Cidade de Salvador. katiaecosol@gmail.com

2 Doutora em Política Científica e Tecnológica, pela Unicamp. abaazevedo@gmail.com

economia solidária se consolide e os ganhos tangíveis e intangíveis possam ser distribuídos por todos.

No âmbito das políticas públicas, a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) foi um marco na luta dos movimentos sociais, que, através de ações articuladas, conseguiram ter uma criação de uma secretaria ligada diretamente ao ministério de trabalho. Ela tem articulação com 22 Ministérios que, através de ações transversais, desenvolvem programas para fomentar empreendimentos de economia solidária.

Outra política importante da Senaes foi o mapeamento contínuo da economia solidária, realizado em todo território nacional desde 2005. Ele foi realizado com a parceria de inúmeras instituições do terceiro setor que estão envolvidas com a economia solidária e por universidades que, em uma ação em rede, buscam dimensionar o tamanho e as características da economia solidária no País. Dados do Sistema Nacional de Economia Solidária – SIES, revelam que mais de 1,7 milhões de pessoas, integrantes de empreendimentos de economia solidária, movimentam mais de R\$ 6 bilhões anualmente (SIES).

Na Bahia, as políticas públicas de economia solidária guardam uma correlação com a Senaes, tendo como diferencial o Programa Vida Melhor e a aprovação da lei estadual. Esta política está detalhada no corpo do artigo. É possível notar que atualmente tanto as políticas federais, estaduais, municipais como os órgãos de fomento como FAPESB e FINEP, buscam sempre estimular a atuação em rede dos empreendimentos econômicos solidários através de seus editais.

Neste sentido, vale ressaltar que as principais redes no Brasil surgiram na década de 1990, com o objetivo de criar espaços de trocas de experiências, formação, produção e comercialização, fazendo um intercâmbio entre empreendimentos das zonas urbana e rural. É possível visualizar redes que vem fortalecendo a atuação colaborativa entre os empreendimentos, como a UNISOL Cooperativas, fundada em março de 2000; a UNICAFES, fundada, no Brasil, em 21 de junho de 2005; A Rede Abelha, rede na cadeia da apicultura e meliponicultura dos estados do Nordeste do Brasil, que já existe há 14 anos; a Rede Xique-xique de Comercialização Solidária nasceu em 2004 e é uma articulação de trabalhadoras e trabalhadores urbanos e rurais; a Rede Bodega de Produtos Sustentáveis do Bioma Caatinga, que é uma Rede de iniciativa e coordenação da AGENDHA (Assessoria e Gestão em Estudos da Natureza, Desenvolvimento Humano e Agroecologia), criada em 2002; a Agência Regional de Comercialização do Sertão da Bahia – Rede Arco Sertão, fundada em 2002 e composta pelo Território da bacia do

Jacuípe, Sisal e portão do Sertão. Estas redes estão ligadas por várias vias que perpassam a sustentabilidade, pois elas fortalecem o movimento de economia solidária e desse modo se fortalecem, acessam juntas as políticas públicas, trocando experiências pautadas nas bases da participação, buscando resolver problemas comuns e divergentes de suas localidades, assim como se unem em busca de parcerias, recursos, clientes e fornecedores.

Todo esse movimento de formação de redes e de políticas públicas e criação de leis vêm gradativamente abrindo espaço para que os empreendimentos, Organizações Não Governamentais - ONGs e organizações da sociedade civil organizada participem desde a elaboração, até a implantação dos programas provenientes dessas políticas.

O artigo apresenta três grupos produtivos e um grupo que presta assessoria. Os grupos são: Associação de Comunicação, Formação e Práticas Solidárias Pérola Negra, Associação Sol Nascente - ASN, Arte Rede Solidária – ARSOL e Associação das Rendeiras da Cidade de Dias D'Ávila-BA – RENDAVAM. Estes grupos atuam em rede e todos contam com a assessoria da Pérola Negra.

Os grupos estão localizados na Região Metropolitana de Salvador - RMS, em bairros periféricos, onde a população vive em estado de vulnerabilidade social.

A análise proposta será feita através do método dedutivo e através de técnica de grupos focais³. Em uma primeira etapa foi realizada uma revisão de literatura que permitiu uma melhor compreensão do que são métodos participativos e como eles são usados no processo de capacitação e planejamento de grupos produtivos. A coleta de dados foi feita através da técnica de grupos focais, encontros e reunião de planejamento e avaliação com os grupos e lideranças comunitárias. Levantou-se em primeiro lugar informações sobre o histórico dos quatro empreendimentos pesquisados: através da elaboração de uma linha do tempo, buscando entender como ocorreu o processo de criação dos grupos. No desenrolar do trabalho vieram à tona informações que nos permitiram entender a influencia de fatores internos e externos, desenhando-se assim o contexto do trabalho grupal.

2 APRESENTAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS QUE COMPÕEM A REDE

A Associação de Comunicação, Formação e Práticas Solidárias Pérola Negra, foi fundada em 2007, quando um grupo de alunos da Faculdade da Cidade do Salvador,

³ Grupos Focais - Pequenos grupos de pessoas reunidas para avaliar conceitos e identificar problemas, sendo necessário haver um facilitador que administre o diálogo e estimule um ambiente de troca onde as pessoas se sintam à vontade para compartilharem suas ideias e opiniões, com o objetivo central de identificar sentimentos, percepções, atitudes e ideias dos participantes a respeito de determinado assunto.

foi apresentado ao Movimento de Economia Solidária por uma colega de turma, praticante desse modelo de economia. Depois de várias reuniões para estudo e aprofundamento sobre o tema, uma parte da turma resolveu que todos os trabalhos acadêmicos seriam aplicados junto aos empreendimentos de economia solidária. A partir daí, foi elaborado e aprovado o Estatuto Social, constituindo-se formalmente a Pérola Negra.

A Associação realizou vários trabalhos de assessoria a empreendimentos econômicos solidários. Em 2008, durante a reunião de avaliação da FASOL (Primeira Feira Acadêmica e Solidária), surgiu a necessidade de se criar uma rede de comercialização com os empreendimentos presentes. Nasceu a rede ARTE REDE SOLIDÁRIA – ARSOL, composta por 30 empreendimentos. Com a ARSOL, os empreendimentos se fortaleceram e conquistaram vários espaços de comercialização e formação, sempre assessorados pela Pérola Negra. A conquista mais importante foi o ingresso na Loja do Espaço Solidário, no Centro Público de Economia Solidária da Bahia – CESOL.

Com a criação da ARSOL, pretendeu-se minimizar os problemas estruturais dos empreendimentos, otimizando toda a cadeia produtiva, resultando em ampliações nas possibilidades de comercialização. Após quatro meses de atividades, os membros da ARSOL concluíram que além da formação articulada com instituições ligadas à Economia Solidária, seria fundamental organizar uma rede autogestionária, com abrangência territorial na RMS, onde os empreendimentos promovessem trocas de serviços e saberes e o coletivo reunido pudesse se mobilizar para solucionar os problemas das diversas cadeias produtivas envolvidas.

Um dos resultados dessa ampliação das ações da rede foi a criação da Associação das Rendeiras da Cidade de Dias D'Ávila-BA – RENDAVAN. Criada a partir da iniciativa de uma integrante da rede ARSOL que resolveu replicar em seu município a metodologia usada pela rede. Fundada em 21 (vinte e um) de fevereiro de 2009, constituída por um grupo de mulheres da cidade de Dias D'Ávila, a RENDAVAN visa atender à necessidade de difundir e resgatar a arte e a cultura da renda de bilros e bordados a mão, garantindo a valorização do trabalho manual, e geração de renda para mulheres do município.

Na busca de gerar renda, a RENDAVAN organizou, junto com as sócias, uma grade de formação que teve como objetivo qualificar e socializar as técnicas de renda de bilro e bordado para várias mulheres e desse modo constituir uma frente produtiva qualificada. Com este objetivo, a RENDAVAN demandou também instrutores do Instituto

Visconde de Mauá, SEBRAE e SESOL, ⁴organizando, assim, sua linha de produção e preparando associados e pessoas da comunidade para o mercado. As associadas da RENDAVAN, mulheres que não tinham renda, ou que recebiam apenas benefício do governo, hoje produzem e vendem peças artesanais que além de complementar a renda familiar, contribui para a transformação pessoal uma vez que promovem uma transformação positiva na autoestima dessas mulheres que passam a se sentir sujeitos atuantes na comunidade.

Em 2009, a Pérola Negra promoveu, na Faculdade da Cidade, um seminário sobre comercialização e comunicação, sendo, ao final do evento, procurada pela Associação Sol Nascente – ASN. Tratava-se de um grupo com perfil assistencialista, que atendia à comunidade de Vera Cruz com doações de alimento, creches-escola, grupos de estudos, dentre outros. O grupo desejava mudar sua atuação assumindo um perfil de geração de renda. Com a assessoria da Pérola Negra e fazendo uso do método participativo, um núcleo de produção de temperos foi instalado. A mobilização para tanto envolveu de forma participativa a difusão de conhecimentos entre os próprios integrantes do grupo, assessorias para a estruturação como o estudo de viabilidade econômica, planejamento e ação. O grupo começou a buscar parcerias municipais, territoriais, estaduais e nacionais, passando a atuar como empreendimento de economia solidária acessando as políticas públicas de geração de renda. Com esse trabalho em rede, a Sol Nascente beneficiou com formação profissionalizante seus associados e pessoas da comunidade, que também vieram a se associar na busca de maiores ganhos com o trabalho coletivo. Além da articulação local, a Sol Nascente também se integrou a ARSOL, passando a ingressar no Fórum Baiano de Economia Solidária e no movimento social Via do Trabalho⁵ que teve um papel importante na articular de fornecedores e compradores para a sua produção, assim como atuou ativamente como ponte unindo os atores urbanos aos rurais e fortalecendo os grupos pesquisados no campo da produção e comercialização.

4 SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas

SESOL – Superintendência de Economia Solidária

Instituto de Artesanato Visconde de Mauá, autarquia da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte Setre.

5 **Movimento Social Via do Trabalho – MSTV** - Segmento representativo do Mundo do Trabalho, não temático ou de questão única, tanto no meio rural como no urbano, formado através da estruturação dos produtores e produtoras livres e associados, no interior de uma complexa cadeia de organizações, buscando interligá-las num único projeto coordenado atuante na sociedade em toda sua diversidade cultural, sua multiplicidade étnica, extensão territorial e, sobretudo, na complexidade do modo de vida dos inúmeros segmentos e camadas que constituem o mundo do trabalho.

superior ao dobro do seu rendimento inicial por hora trabalhada. Foi identificado que os grupos estudados, partindo do zero, gradativamente foram se envolvendo em redes, participando ativamente de ambientes sociopolíticos onde encontram ferramentas de acesso a políticas públicas inclusivas.

Tabela 01: Caracterização dos Grupos estudados

Redes pesquisadas	Nº de sócios	Produto	Ano de fundação	Redes envolvidas		Projetos (Ligados à geração de renda) 2007- 2011		Rendimentos anuais		Renda per capita	
				2007	2011	2007	2011	2007	2011	R\$	
ASSOCIAÇÃO PÉROLA NEGRA	06	Serviço	2007	00	05	00	03	420,00	5,600,00	200,00	700,00
ARTE EM REDE SOLIDÁRIA	25	Artesanat/ alimentação	2009	00	06	00	03	5,400,00	14,000,00	400,00	1,600,00
ASSOCIAÇÃO SOL NASCENTE	30	TEMPEROS PRONTOS	2007	00	09	00	05	300,00	36,000,00	150,00	700
ASSOCIAÇÃO DAS RENDEIRAS DE DIAS D'ÁVILA. BA	33	RENDAS, BILRO/ BORDADOS	2009	00	06	00	03	5.000,00	20,000,00	600,00	1,600,00

Fonte: Elaboração Própria

3 COMPREENDENDO MELHOR ALGUNS CONCEITOS

Quando se busca na literatura aprofundar os conhecimentos e compreender por que a atuação em rede e uma determinada metodologia contribuem mais que outra e por que elas vão impactar nos resultados de um programa de política pública é possível perceber que para entender o diferencial que algumas políticas têm, é preciso ir além da análise da política simplesmente como instrumento, é preciso entender como ela foi elaborada e de que maneira ela foi conduzida. Uma ferramenta que tem sido consenso entre os teóricos que são fundamentais para dar voz aos atores diretamente envolvidos nos programas é a metodologia, que precisa ser construída em conjunto para que o grau de comprometimento de todos aumente.

A metodologia participativa busca a atuação efetiva dos participantes no processo educativo sem considerá-los meros receptores, nos quais são depositados conhecimentos e informações, como aborda Freire (1996) no que ele chama de *Pedagogia Bancária*. O enfoque participativo é fundamentado na escuta e valoriza os conhecimentos e experiências dos participantes, envolvendo-os na discussão, identificação e busca de soluções para problemas que emergem de suas vidas cotidianas.

É uma forma de trabalho didático e pedagógico baseada no prazer, na vivência e na participação em situações reais e imaginárias, onde através de técnicas de dinâmica

de grupo, jogos dramáticos e outros, os participantes conseguem, por meio de fantasia, trabalhar situações concretas.

Nesta abordagem de Freire, pode-se afirmar que entre os grupos estudados, destaca-se a RENDAVAN, que absorveu a tecnologia social do processo participativo da Rede ARSOL, reaplicando em sua comunidade, buscando a eficácia na solução dos problemas do empreendimento, com simplicidade e baixo custo. A associação ganha autonomia passando a acessar políticas públicas de geração de trabalho e renda, contribuindo com a transformação social do local.

Dagnino (2009) define tecnologia social como produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis desenvolvidos na interação com a comunidade, que representem efetivas soluções de transformação social. As seguintes características identificam uma tecnologia social: a) baixo custo operacional; b) simplicidade funcional; c) facilidade de manejo; d) eficácia na solução dos problemas cotidianos; e) uso em pequena escala; f) replicabilidade, isto é, a possibilidade de ser aplicada em outros contextos sociais com a mesma eficácia.

Assim como elencado por Dagnino, que na tecnologia social a metodologia precisa ser participativa e o beneficiário precisa participar da construção da tecnologia, Gramsci (*at Nunes, 2009, 15*) apresenta dois conceitos que precisam ser levados em consideração no momento da intervenção em uma comunidade: o “consentimento ativo” e a “vontade coletiva”, já que as ideias não ‘nascem’ de forma espontânea no cérebro de cada indivíduo. Elas possuem um centro de formação, de irradiação, de difusão e de persuasão: um grupo de homens ou mesmo um indivíduo que as elaborou e apresentou sob a forma política da atualidade. O autor descreve ainda aspectos importantes na organização de um grupo:

As pessoas aprovam sua dedicação, lhes rendem homenagens e os apoiam. Nesse caso, normalmente Existem pessoas que admiram os que assumem mais responsabilidades do que os outros e reconhecem que elas são úteis, pois fazem avançar as coisas, mobilizam os demais, os menos capazes ou menos disponíveis. Esses líderes são, às vezes, reconhecidos rapidamente, existe um reconhecimento mútuo, uma cumplicidade na ação, um “consentimento ativo”, em que líderes e “liderados” caminham juntos, cada um em seu papel, para um objetivo comum” (GRAMSCI *at NUNES, 2006, 62*).

É possível visualizar os conceitos de Gramsci, Freire Dagnino e Nunes na metodologia utilizada pela Pérola Negra, que prima pela participação ativa dos atores e foi sendo aprimorada no decorrer das atividades, contribuindo, assim, para os avanços dos grupos.

Essa metodologia utilizada nos cursos de formação dos empreendimentos colabora para o fomento e multiplicação dos grupos e sua articulação em rede. O êxito desse método, no entanto, não pode ser entendido somente pelos seus aspectos organizacionais ou de gestão, uma vez que o diferencial aqui apresentado está na priorização do protagonismo e na formação de vínculos que permearam todo o processo.

Assim, a aplicação efetiva e engajada de metodologias participativas no processo de formação e planejamento contribui para a formação de redes, à medida que em sua aplicação despertam no sujeito a confiança em sua capacidade de decisão e transformação da sua realidade.

No âmbito da formação, esses aspectos comunitários precisam ser levados em consideração para que a participação de todos os membros do grupo seja efetiva. Segundo Nunes (2006, 101), o objetivo da metodologia participativa é favorecer a integração das pessoas, desconstruir o ambiente do grupo e promover pequenas vitórias coletivas. Nos quatro grupos estudados, observou-se a importância do papel das lideranças em todo processo de criação dos grupos que se inicia na mobilização chegando à formação. É visível que cada comemoração das conquistas alcançadas fortalece os vínculos tanto entre eles como entre eles e o facilitador.

Essas pequenas vitórias são fruto de uma tomada de consciência que, para Paulo Freire (1996), não é dada e sim construída em cada um através de sua relação com os outros. Freire (1996) lembra ainda que o engajamento dos líderes revolucionários, assim como dos educadores, numa luta maior foi precedido da convicção da necessidade de lutar.

Dessa forma, o autor aborda não só o caráter político da comunidade, mas também a necessidade de que o facilitador comunitário seja também imbuído de propósitos revolucionários.

Os formadores, que utilizam a metodologia participativa e extraíram da *Pedagogia do Oprimido* de Freire (1996), promoveu nos empreendimentos, a reflexão sobre os problemas que cercam seu núcleo produtivo, sua comunidade ou sua cidade. Conseguem, desta forma, descobrir dentro dos sujeitos envolvidos no processo as soluções para os problemas elencados, soluções essas que precisam respeitar valores como solidariedade, generosidade, cooperação e união, libertando-se, assim, de um ciclo vicioso de dominação.

É muito importante analisar o grau de coesão, pois existem grupos que se formam pela primeira vez, outros que já possuem contatos anteriores entre seus elementos e, em todos eles, faz-se necessário desenvolver o vínculo com o facilitador,

aplicando técnicas de apresentação que permitirão ao mesmo o conhecimento entre as pessoas e a psicodinâmica do grupo.

A estrutura básica de procedimento na aplicação das técnicas durante um trabalho de grupo é apresentada por Lopes, Luz, Azevedo e Moraes, que, de forma sintética, descreve sua metodologia em três etapas: a fase de apresentação, onde a proposta de trabalho é exposta; o vínculo entre o facilitador e o grupo, onde é criado e é feito um levantamento de expectativas – a segunda fase consiste na apresentação e exploração do tema e do *feedback*; e num terceiro momento é realizado o encerramento com a avaliação do processo e técnicas de fechamento. Essa metodologia contribui para o protagonismo dos atores envolvidos, quando se estabelece um laço de confiança entre o facilitador e o grupo.

Nessa metodologia, mais importante que os instrumentos e ferramentas utilizadas, são o envolvimento e o respeito ao saber local e a cada experiência trocada. Tudo isso é importante para fortalecer as iniciativas e gerar os vínculos que proporcionem o protagonismo de cada envolvido. Corroborando com a metodologia participativa de Nunes, a Associação de Comunicação, Formação e Práticas Solidárias Pérola Negra, que acompanha a REDE ARSOL, A ASSOCIAÇÃO SOL NASCENTE E A RENDAVAN, desenvolveu um método participativo próprio que pode ser dividido em três momentos distintos: Sensibilização, organização das ações e adequação formal dos grupos. Essas etapas não acontecem necessariamente nesta mesma ordem e nem possuem transições bem delineadas, sendo essa divisão mais para efeito de compreensão do sistema do que para efeitos práticos.

Outro ponto importante é mesclar nesses encontros, momentos deliberativos com formação, isto é, aproveitar o momento da formação para buscar e trazer soluções para problemas reais dos grupos ou comunidades onde os mesmos estão inseridos, desse modo, oportunizando o acesso a informações cruciais para seu desenvolvimento. Sendo o público trabalhado de baixa renda e de baixa escolaridade, é preciso cuidar para que eles tenham acesso a informações as quais nunca tiveram e que são indispensáveis para uma tomada de decisão eficiente.

Conforme os grupos vão amadurecendo, tanto na eficiência na realização das tarefas quanto na coesão grupal, as reuniões se tornam mais espaçadas chegando a um mínimo de um encontro mensal.

Como consequência natural da ampliação das redes, os grupos vão buscar parceiros, e, para tanto, vão se adequando ao formato exigido para acessar as políticas

públicas e o mercado de um modo mais amplo. Regimento interno, estatuto e formalização começam a ser demandados. A partir desse ponto, os grupos tornam-se mais independentes, sem necessariamente se desvincular completamente da assessoria, já que os vínculos estabelecidos durante o trabalho são, sobretudo, vínculos humanos. Esses grupos desenvolvem-se dentro do sistema capitalista, mas buscando construir outra lógica de produção, relações de trabalho e consumo. Esse movimento, no Brasil, é chamado de Economia Solidária.

Os empreendimentos que aderem a esse princípio possuem um modo particular de organização e produção assim sistematizado por Azevedo:

Consideramos como 'empreendimento de economia solidária' toda iniciativa econômica que incorpora trabalhadores(as) associados(as) em torno dos seguintes objetivos/características: (1) caráter coletivo das experiências (não são portanto, formas de produção e consumo individuais, típicas da "economia informal" em seu sentido estrito), (2) generalização de relações de trabalho não assalariadas, (3) exercício do controle coletivo do empreendimento (de suas informações, fluxos, rendimentos etc.), e (4) "inserção cidadã" das iniciativas: respeito ao consumidor e ao meio ambiente, participação ativa na comunidade em que está inserida, articulação política com as outras iniciativas de economia solidária e denúncia de mecanismos antiéticos de mercado (AZEVEDO, 2007, 140).

Os empreendimentos econômicos solidários (Gaiger *at* Azevedo, 2007: 177,): "Primeiramente, combinam a busca de eficiência e viabilidade com o aprimoramento dos princípios cooperativos e democráticos; combinam, por um lado, sua autonomia de gestão com uma atitude de responsabilidade e de envolvimento social; por fim, conjugam a obtenção de resultados econômicos com outros benefícios no plano da educação, da qualificação profissional, da cultura e assim por diante".

A Economia Solidária reafirma, assim, a emergência de atores sociais, ou seja, a emancipação de trabalhadoras e trabalhadores como sujeitos históricos protagonistas de direitos.

A resistência e a luta desses trabalhadores envolvidos na economia solidária caracterizam primeiramente a luta pela sobrevivência, na conformação de um mercado informal crescente, onde brotam iniciativas de economia popular, tais como a atuação de camelôs, flanelinhas, vendedores ambulantes; normalmente de caráter individual ou familiar. Com a articulação de diversos atores, essa resistência também se manifesta na forma de iniciativas associativas e solidárias voltadas também à busca pela sobrevivência, mas que vão, além disso, apontando para alternativas estruturais de organização da

economia, baseada em valores como a ética, a equidade e a solidariedade e não mais no lucro e acúmulo de capital indiscriminado.

As redes de empreendimentos solidários são coletivos de coletivos. Sendo cada empreendimento uma rede de pessoas especializadas em diferentes tipos de produtos, comprometidas em encontrar soluções para alguns dos problemas comuns à maioria dos empreendimentos: aquisição de matéria prima a preços satisfatórios, comercialização e distribuição de produtos. As associações e cooperativas funcionam como rede, quando acessam políticas públicas, utilizando-se de documentação de um empreendimento, em benefício de vários outros. Esse “guarda-chuva” agrega vários pequenos grupos de produtores, que associados, fortalecem a cadeia produtiva local.

Essas “experiências democráticas” podem ser pensadas de forma mais abrangente, pensar a lógica do trabalho em rede, da produção coletiva, das relações estabelecidas consigo mesmo, com os outros, com a família, com a comunidade, com o ambiente natural e social (DUVOISIN, 2002).

O principal objetivo de uma rede desta natureza é permitir a sustentabilidade dos empreendimentos de economia solidária em particular, e fortalecer o potencial endógeno de um território quanto à sua capacidade de promover seu processo de desenvolvimento. Para tanto, tais redes “guardam um traço político forte ao constituírem-se a partir exclusivamente das próprias experiências oriundas da sociedade” (FRANÇA, 2006, 67).

Durante a pesquisa, foi perceptível um forte envolvimento das redes pesquisadas nas decisões políticas a nível local, municipal, estadual e federal, a exemplo da participação nas conferências, nos conselhos e nos planos plurianual – PPA. Desse modo, as redes estão em constantes trocas de experiências e saberes, gerando empoderamento para seus sócios e para as suas respectivas comunidades. Vale afirmar que as mesmas contribuíram muito para o fortalecimento da economia solidária no Brasil.

4 CONCLUSÃO

Ao fazer o acompanhamento dos quatro grupos, foi observada a grande oportunidade de analisar e refletir acerca do surgimento e amadurecimento de grupos a partir do uso da metodologia participativa aplicada pela Pérola Negra.

Para entender o êxito na aplicação dessa metodologia, é preciso pensar no facilitador como um ente, cujo envolvimento ultrapassa a técnica. As conquistas geradas por essa metodologia participativa de formação e planejamento levam os participantes a

um elevado grau de integração e confiança, que gera multiplicação das ações e a socialização das ferramentas e acesso a políticas públicas. Esse é um processo contínuo de crescimento, que desperta em outros grupos o desejo de trilhar os mesmos caminhos, estimulando a disseminação dos princípios e práticas da economia solidária.

Nesse sentido, o grande diferencial do trabalho desenvolvido pela Pérola Negra é a não indefinição do tempo de vínculo, à medida que os grupos vão amadurecendo vão se tornando autônomos, em alguns casos inclusive contemplando a Pérola Negra em seus futuros projetos, invertendo, assim, a lógica comumente estabelecida nas relações entre empreendimentos e assessorias. É uma mão de duas vias, é uma ajuda mútua.

Essa metodologia utilizada nos cursos de formações e planejamento colabora também para o fomento e multiplicação dos grupos e sua articulação em rede. O êxito desse método, no entanto, não pode ser entendido pelos seus aspectos organizacionais ou de gestão, já que o diferencial aqui apresentado está na priorização do protagonismo e da formação de vínculos que permeou todo o processo.

Nesse sentido, a participação desses atores em diversos espaços possibilita a conquista de direitos antes aparentemente impossíveis de serem conquistados, tais como: qualificação adequada, maquinários, espaços de comercialização, possibilitando a captação de novos clientes e ampliação da venda. Para os empreendimentos, pesquisados avanços como os citados foram fundamentais para manter o grupo motivado gerando seu desenvolvimento.

Deste modo, as políticas públicas de inclusão socioproductiva funcionam como a chuva para uma terra bem arada, uma vez que aceleram a obtenção de resultados. De um ponto de vista bem pessoal, antes de participar do grupo Pérola Negra, tive a oportunidade de participar de um grupo de alimentação chamado Coopaed e foi possível, ao longo de seis anos, observar a falta de retorno financeiro mesmo com o grupo bem amadurecido politicamente. Sem recursos a serem acessados, os frutos demoram a aparecer e os grupos tendem à dissolução.

É importante observar que os empreendimentos de Economias Solidárias são formados basicamente por pessoas de baixa renda que, conseqüentemente, não possuem um lastro financeiro inicial característico dos empreendimentos tradicionais.

Os grupos pesquisados são redes dentro de redes e fazem parte de uma rede onde a forma de teia ajuda a compreender a integração e a importância da participação de cada um na sustentabilidade de toda a rede. Um ponto da rede alimenta o outro tanto no campo da troca de experiências quanto nos processos de produção e na busca por parceiros. Deste modo, a rede é a estratégia encontrada pelos grupos para que as

políticas públicas de inclusão socioprodutivas possam beneficiar um número maior de pessoas. Assim sendo, a metodologia participativa propicia nos grupos à autogestão, o protagonismo e relações de trabalho mais humanas e solidárias, as políticas públicas de inclusão socioprodutiva encurtam a distancia entre os esforços e os resultados e as redes são a estratégia utilizada pelos grupos para garantir acesso e permanência em tais programas.

Finalizo destacando a participação ativa dos atores envolvidos, assim como destaco o reconhecimento deste desenvolvimento ao formato das redes e a metodologia aplicada.

REFERÊNCIAS

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análises & Dados**. Salvador: SEI v.12, n.1, p. 25-34, jun. 2006.

NUNES, Débora. A Construção de uma experiência de Economia Solidária num bairro periférico de Salvador. **Bahia Análises & Dados**. Salvador: SEI v.12, n.1, p.59-76, jun. 2006.

DAGNINO, R. A tecnologia social e seus desafios. In: **Tecnologia Social, uma estratégia para o desenvolvimento**. Fundação Banco do Brasil: Rio de Janeiro, 2009.

DUVOISIN, A. I. A necessidade de uma visão sistêmica para a educação ambiental: conflitos entre o velho e o novo paradigmas. In: RUSCHEINSKY, A. (Org.) **Educação ambiental: abordagens múltiplas**. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 99-103.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 148 p.

AZEVEDO, Alessandra B. Autogestão e Competitividade. **Estudos de caso em cooperativas industriais brasileiras e bascas/espanholas**. Campinas, 2007.

NUNES, Débora. **Incubação de empreendimentos de economia solidária: Uma aplicação da Pedagogia da Participação**. São Paulo: Annablume, 2009.